



46

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2015

## **As relações culturais Luso-Brasileiras em perspectiva: da gênese do idéario de comunidade à fundação da Revista Brasília (1822-1942)**

### ***The Luso-Brazilian Cultural Relations in Perspective: from the genesis of community ideals to the foundation of “Revista Brasília” (1822-1942)***

MARCELLO FELISBERTO MORAIS DE ASSUNÇÃO  
Universidade Federal de Goiás - UFG  
marcellofma@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 15/03/2015  
Texto aprovado em / Text approved on: 08/04/2015

#### *Resumo:*

Neste texto pretendemos dar alguns caminhos para a construção de uma história global das relações culturais entre Brasil e Portugal, desde o pós-independência até o auge desta com o Duplo Centenário da Fundação e Restauração e o Acordo Cultural de 1941 e seus desdobramentos. Para isto, em um primeiro momento iremos explorar a ideia de comunidade imaginária luso-brasileira, desde os seus primórdios até a era Vargas. Em seguida, demonstraremos como a formação a ideia de uma comunidade luso-brasileira ganha muita mais força no período de vigência comum de ambos Estados Novos, tendo seu auge nas comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal em 1940, na assinatura do Acordo Cultural de 1941 e nos desdobramentos da política editorial formada a partir destes: a fundação da revista *Atlântico* e da revista *Brasília* em 1942.

#### *Palavras-chaves:*

Relações Luso-brasileiras; História do Brasil; História de Portugal.

#### *Abstract:*

In this paper we pretend to give some ways to build a comprehensive history of cultural relations between Brazil and Portugal, from the post-independence to heyday of this with Double Centenary Foundation and Restoration and the Cultural Agreement of 1941 and its aftermath. For this, at first we will explore the idea of Luso-Brazilian imagined community, from its beginnings to the Vargas era. Then demonstrate how the training the idea of a Luso-Brazilian community gains much more strength in the common term of both New States, taking its peek to commemorate the centenary of the Foundation and Double Portugal Restoration in 1940 and the signing of the Agreement cultural 1941 and the ramifications of editorial policy formed from these, in particular the founding of the revista *Atlântico* and revista *Brasília* in 1942.

#### *Keywords:*

Luso-Brazilian Relations; Brazil History; Portugal History.

## 1. Os primeiros passos da invenção da comunidade imaginária luso-brasileira (1822-1930)

As relações luso-brasileiras foram arquitetadas no pós-independência por complexas e ambíguas relações, sustentadas, em essência, no mito da origem, que conferia a Portugal o *status* de “ser criador de nacionalidade”. Esta pretensão se desdobrou em uma série de tensões, que estarão presentes como uma das bases da reconstrução das relações luso-brasileiras no pós-independência. No século XIX existiu um discurso, por parte da intelectualidade brasileira, que glorificou a participação do legado lusitano na construção cultural e político-administrativa do Brasil. O *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* (1851-1932) foi um dos lócus, representativos no império, de uma perspectiva que positivou a presença do português no Brasil, projetando uma identidade nacional luso-brasileira. Para Alexandre Cartilho Magno (português fundador da revista que publicou um texto nesta), “O brasileiro no pequeno e antigo Portugal e o português no moderno e imenso Brasil respiram o ar da mesma pátria e se sentem em família”<sup>1</sup>.

Segundo o estudo de Eliana de Freitas Dutra, a lusitanidade no império constituiu-se como uma prerrogativa para “civilizar” o Brasil. Parte da intelectualidade privilegiou a reprodução de um discurso que deu ênfase à ideia de continuidade entre Brasil e Portugal, visibilizada em uma vida histórica comum (a presença dos emigrados portugueses) e em um passado compartilhado. Todos os aspectos negativos do processo formativo brasileiro são esquecidos (o domínio colonial, a exploração, a violência do escravismo em virtude da expansão comercial) em prol de um presente que se constrói através do projeto civilizador europeu, possibilitado pela matriz lusitana<sup>2</sup>.

A despeito dessa lusofilia por parte da intelectualidade brasileira houve também um forte anti-lusitanismo, que será um dos grandes obstáculos para a concretização das aproximações entre Brasil e Portugal, a gerar múltiplos confrontos materiais e/ou simbólicos, que se arrastaram ao longo do século XIX, até o início do XX<sup>3</sup>. O jacobinismo, emergido no fim do século XIX

---

<sup>1</sup> Alexandre Carlos Magno apud Eliana Freitas Dutra, “Laços Fraternos: A construção imaginária de uma comunidade cultural luso-brasileira no Almanaque de Lembranças”, Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, vol.1, 2005, p. 121.

<sup>2</sup> Eliana Freitas Dutra, “Laços Fraternos: A construção imaginária de uma comunidade cultural luso-brasileira no Almanaque de Lembrança”, Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, vol.1, 2005, p. 122.

<sup>3</sup> Sobre o tema do anti-lusitanismo, ver: Ricardo Luiz Souza, “O antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade”, Politeia, vol. 5, n.1, 2005, p. 133-151; Gladys Sabina Ribeiro, *Mata Galegos:*

ao início do XX, foi o maior representante desse anti-lusitanismo. Através de seus órgãos representativos, “*O Jacobino*” e “*A Bomba*” – centralizados no Rio de Janeiro por esta ser na época a cidade com a mais densa imigração de portugueses –, condenavam a colonização e a presença dos portugueses na vida política, econômica e social do Brasil.

Com um discurso ofensivo, acusavam os portugueses de todos os males que afligiam a sociedade brasileira, transformando-os em verdadeiros bodes expiatórios de uma sociedade urbana extremamente desigual<sup>4</sup>. A presença desse anti-lusitanismo, fundamentalmente nos anos iniciais da República, propiciou um xenofobismo que gerou um verdadeiro repúdio aos portugueses, e, por vezes, perseguições, como os “Mata-Galegos”. As relações luso-brasileiras, no século XIX até o início do século XX, foram demarcadas tanto pela lusofilia, no seio do campo cultural, quanto pelo anti-lusitanismo, em certas práticas cotidianas e também por parte da intelectualidade do período. Essas duas grandes linhas no Brasil se digladiaram simbolicamente pelo papel do português no País. Para Tania Maria Tavares e Lucia Maria Bastos:

De Varnhagem a Azevedo e de Ramos a Malheiro Dias, são duas linhas que se destacam: de um lado, a busca de uma brasilidade por meio da rejeição cada vez mais generalizada e intensa da herança portuguesa por setores da elite (...) do outro, a constante presença do elemento português no cenário nacional, que se soube desdobrar, a partir de fins do século passado em um espírito associativo, como estratégia para a reafirmação dos valores lusitanos (...)<sup>5</sup>.

Embora a perspectiva anti-lusitana fosse a hegemônica, nas primeiras décadas do século XX é possível observar transformações moleculares no campo cultural (no Brasil e em Portugal), que revelam a formulação de uma série de práticas em torno do fortalecimento das relações luso-brasileiras. O projeto político-cultural da revista *Atlântida* (1915-1920) é emblemático para a compreensão do reatamento dessas relações.

Nas mãos de João de Barros e João do Rio, a revista *Atlântida* idealizou um projeto político-cultural que criasse um bloco de poder entre Lisboa, Rio

---

*os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*, São Paulo, Brasiliense, 1990.

<sup>4</sup> Robertha Pedroso Triches, “A sombra das bananeiras Desta República”: As construções da imagem do português pela imprensa carioca”, *Revista Litteris*, 2007, n.2, p. 5.

<sup>5</sup> Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, Lúcia Maria Bastos Perreira Neves, “As relações culturais ao longo do século XIX”. In Amado Cervo, José Calvet Magalhães, *Depois das caravelas*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 232.

de Janeiro e Luanda com hegemonia sobre o Atlântico Sul, a funcionar como um contrapeso ao domínio germânico e saxônico<sup>6</sup>. Para construir essa “grande Lusitânia” era preciso que Portugal e Brasil reconhecessem o Atlântico (o *mare nostrum*) como o espaço que os ligava em torno de uma comunidade unida pela lusitanidade e latinidade<sup>7</sup>.

Apesar do fim da revista *Atlântida* em 1920, é a partir dessa década que as relações luso-brasileiras se intensificam no campo cultural e também começam a ganhar um maior espaço no campo político. É nesse período, e fundamentalmente a partir de 1922, que as relações luso-brasileiras ganham um sentido institucional, através da participação portuguesa no centenário da proclamação da República, da presença de portugueses na Semana de Arte Moderna, da travessia aérea do Atlântico Sul, pelos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em homenagem à independência do Brasil e pela visita do Presidente da República portuguesa Ant3nio Jose de Almeida. Todos estes atos e eventos aconteceram em 1922<sup>8</sup>.

Tais celebrações criaram um clima positivo que, concomitante ao crescente aumento das relações culturais de ambos os lados do Atlântico, possibilitou uma mudança substantiva nestas mesmas relações. As revistas *Seara Nova*, *Hist3ria*, *3gua*, *Nação Portuguesa*, a criação da cadeira de Estudos brasileiros na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1916, s3o exemplos claros da materializaç3o de espaços e eventos, que buscam a afirmaç3o de uma comunidade espiritual luso-brasileira, nas primeiras d3cadas do s3culo XX.

Na revista *Seara Nova* esse ressurgimento das relaç3es luso-brasileiras 3 retratado com bastante otimismo. Em um artigo na citada revista, Augusto Casimiro entende a viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral como um novo cap3tulo das relaç3es entre Brasil e Portugal:

Gago Coutinho e Sacadura Cabral s3o marinheiros. Pertencem ao n3mero daqueles que em Portugal representam ainda os fortes e nobres ascendentes das 3pocas heroicas... E v3o unir na curva audaciosa dum largo vo3, Portugal ao Brasil. Bem hajam! Deus os leve e nos d3 a alegria de se saborear seu triunfo!

---

<sup>6</sup> Z3lia Os3rio Castro, “Do carisma do atl3ntico ao sonho da Atl3ntida”, In Lucia Maria Paschoal Guimar3es et al., *Afinidades Atl3nticas: impasses, quimeras e conflu3ncias nas relaç3es luso-brasileiras*. Rio de Janeiro, Quartet, 2009, p. 79.

<sup>7</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 78.

<sup>8</sup> Jos3 Calvet Magalh3es, “As relaç3es Brasil-Portugal no s3culo XX”. In Amado Cervo, Jos3 Calvet Magalh3es (orgs.). *Depois das caravelas*, Bras3lia, Editora Universidade de Bras3lia, 2000, p. 269.

Que graças a a eles Portugal não é apenas truculento egoísmo, baixeza solerte ignorância da Pátria, negação do heroísmo<sup>9</sup>.

A *intelligentsia* presente na revista *Seara Nova* via esses eventos, surgidos no afã de aproximar Brasil e Portugal, como atos gloriosos dos novos lusíadas, sendo o filho emancipado (o Brasil) o maior feito português<sup>10</sup>. Para Zélia Osório Castro essas aproximações nos anos 20, apesar de resultarem em poucos ganhos institucionais efetivos para as relações luso-brasileiras, criaram um terreno propício, no campo cultural, para Salazar e Vargas nos anos 30 e 40 fomentarem uma série de práticas direcionadas à consagração dessas relações. Nos anos iniciais do salazarismo, a discussão sobre a presença de Portugal no Brasil ganhou contornos muito mais fortes, porque havia todo um quadro de busca pela defesa e afirmação de um discurso, construído pela *intelligentsia* portuguesa, em defesa do colonialismo português, que usava uma certa imagem do Brasil como fonte legitimadora.

Tanto o Brasil como Portugal não viam mais sentido na sustentação da dicotomia ex-metrópole e ex-colônia e buscam, ao longo dos anos 30 e 40, arquitetar uma série de relações fundamentadas em uma suposta comunidade espiritual ligada pela língua e história comuns. Entretanto, essas relações não foram sempre harmoniosas, devido à existência, em torno delas, de um jogo político que se direcionava fundamentalmente à afirmação das identidades nacionais e, conseqüentemente, à busca pelo domínio e naturalização de um *ethos lusitano* que fazia uso, em ambas as partes, do passado colonial brasileiro como alimento de suas narrativas.

## **2. A formação e estruturação da “Política do Atlântico” nos anos 30**

O Estado Novo português valia-se do passado brasileiro para tê-lo como exemplo empírico da capacidade colonizadora de Portugal, que o habilitava para lançar a luz da civilização na África. Tal ideia reproduzia-se a partir da concepção de Portugal como criador de nacionalidades, tomada como emblema da positividade da política colonial<sup>11</sup>. O regime materializava essa presença a

---

<sup>9</sup>Augusto Casimiro apud Zélia Osório Castro, “Do carisma do atlântico ao sonho da Atlântida”, in Lucia Maria Paschoal Guimarães et al., *Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*, Rio de Janeiro, Quartet, 2009, p. 57-88.

<sup>10</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 469.

<sup>11</sup> Elio Serpa, “Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 20, n° 39, p. 81-114, 2000, p. 71.

partir de uma “Política do Atlântico”, organizando congressos, instituições, livros e revistas, afirmando a presença lusa no Brasil pela tradição histórica.

Segundo Carmem G. Burget Schiavon, as relações culturais luso-brasileiras, além de ganharem um caráter institucional no período, são muito mais impulsionadas pelo lado português do que pelo brasileiro<sup>12</sup>. Apesar do interesse brasileiro em afirmar Portugal no íntimo de sua tradição político-cultural, é do lado português que uma série de práticas institucionais e criada, na intenção de congregar Portugal e Brasil. Para Carmem G. Burget Schiavon:

(...) com a institucionalização do Estado Novo no Brasil, inaugurou-se um novo período nas relações luso-brasileiras, afinal, os traços ideológicos comuns, associados às ligações histórico-culturais e ao expressivo número de portugueses residentes no Brasil, aproximaram os dois países e permitiram uma intensificação nas relações entre os dois países. Todavia, cabe mencionar que este processo de aproximação foi capitaneado por Portugal. Esta liderança fica clara na medida em que se considera que os mais importantes passos nesta direção, como a vinda da Embaixada especial, chefiada pelo escritor Júlio Dantas – do trabalho desta resultou o acordo cultural luso-brasileiro –, a criação da Revista Atlântico, o encaminhamento da missão comercial ao Brasil, entre outros fatores, foram iniciativas diretas do governo português<sup>13</sup>.

Portugal chamava para si (a partir de sua nova política imperial) a liderança da “civilização lusíada”, composta por todos aqueles sob sua influência política e/ou cultural. Reabilitar a importância do português na construção política, administrativa e cultural do Brasil foi, portanto, um elemento central nas narrativas que buscaram forjar a identidade nacional em Portugal. O nacionalismo lusitano, desde o fim do século XIX, foi difundido e massificado através de uma grande vaga em defesa do império, gerada pelas tensões pós-*ultimatum*, cujas narrativas têm no Brasil um de seus alimentos.

Em razão dessa centralidade é que o nacionalismo lusitano nasce como transterritorial, pois precisa realizar a difícil tarefa de incluir suas colônias no âmago do corpo político do império. No século XX, o panlusitanismo vem à tona como forma de dar forma a uma noção de comunidade nacional que superasse o conceito de raça e se fundasse no conceito de etnia colocada transterritorialmente. Para Maria Bernadete Flores o fenômeno pan-nacionalista, fundado nos nacionalismos étnicos, linguísticos ou culturais:

---

<sup>12</sup> Carmem G. Burget Schiavon, *Estado Novo e relações luso-brasileiras*, Tese de Doutorado -PUC-RGS, Porto Alegre, 2007, p. 116.

<sup>13</sup> *Idem, Ibidem*, p. 286-287.

(...) serviam agora de bases ideológicas para reordenar e legitimar novos blocos de alianças e acordos políticos, comerciais, econômicos, destronando a velha ordem de impérios coloniais. Falava-se em turquificação do Império Otomano, russificação das terras czaristas; surgia o pan-germanismo falava-se em pan-americanismo, em pan-eslavismo<sup>14</sup>.

O panlusitanismo nasce do afã de criar um bloco de poder que se vincularia a uma identidade étnica transterritorial, nos territórios sob domínio político (os territórios na África e Ásia), assim como naqueles sob influência “espiritual” (Brasil). Segundo Flores, os interesses de Portugal e também do Brasil nesse discurso podem ser sintetizados da seguinte maneira:

(...) no lado português do Atlântico, o nacionalismo lusitano, o colonialismo em ultramar, a imigração para o Brasil, o imperialismo europeu e as disputas por mercados, a recrudescência racial no século XX explicavam os arranjos para criar uma identidade étnica transnacional, do lado brasileiro a invenção da identidade nacional luso-brasileira fornecia os vetores para a lusitanização (...) Ao definir a história, a língua, as instituições e a cultura de origem portuguesa como signos da Nação empreendeu práticas e justificativas (...) para amalgamar as diferenças étnico-culturais<sup>15</sup>.

A existência imaginária de uma comunidade lusófona foi fundamental para Portugal, pois a partir dela valorizou-se a posição portuguesa no quadro internacional, frente às constantes ameaças ao seu império colonial. Neste discurso, o Brasil é a maior prova da existência dessa comunidade, pois faz parte dela enquanto membro espiritual. No salazarismo, a política pan-etnicista atravessou os muros da academia, e do campo cultural de forma geral, para se tornar uma das bases oficiais das narrativas e práticas institucionais fomentadas pela “Política do Espírito”.

A política de identidade lusa, entre Portugal e suas colônias e ex-colônias, foi uma das grandes ofensivas do regime e consubstanciou o que seus próprios realizadores (António Ferro, Júlio Cayolla, Lourival Fontes, Rebelo Gonçalves, etc) chamaram de “Política do Atlântico”. Um amplo quadro da *intelligentsia*, de ambos os lados do atlântico, reverberou os argumentos panlusitanistas, com o intuito de fortalecer os laços desta comunidade lusíada, do qual o Brasil fazia parte.

---

<sup>14</sup> Maria Bernadette Ramos Flores, “A invenção do luso-brasileiro: nacionalismo e racialismo”, in Maria Bernadete Ramos Flores, *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*, Chapecó, Argos, 2007.

<sup>15</sup> *Idem, Ibidem*, p. 344-345.

Do lado português, o jornalista Augusto Costa é exemplar no seu nacionalismo panlusitano. Em 1937, quando aborda a questão do Império, na revista *Nação Portuguesa*, apelando para o apoio dos intelectuais à ideia de Quinto Império, enfatiza a necessidade fundamental de uma obra de cultura e de direção das massas por um escol consciente e ordenado. Para tanto, lançou os “Dez Imperativos do Quinto Império”. O império, segundo Costa em um dos seus imperativos, ia muito além das fronteiras políticas:

O império português é constituído, no seu aspecto territorial, pela metrópole, pelas ilhas adjacentes e por todas as suas possessões na África, na Ásia e na Oceania, espiritualmente pelos 100 milhões de indivíduos de cultura e língua portuguesa, espalhados pelas cinco partes do mundo”. Para assegurar a continuidade o império Portugal deveria afirmar cada vez mais as relações com os seus domínios políticos e buscando no Brasil o depositário e continuador da civilização portuguesa<sup>16</sup>.

Para o autor, as produções culturais que contribuíssem para o dissenso entre Portugal e suas colônias e ex-colônias deveriam ser consideradas degeneradas e combatidas, enquanto as produções que contribuíssem “para o fortalecimento do nosso caráter e para a grandeza do império<sup>17</sup>” deveriam ser glorificadas. Para o Brasil ser, “espiritualmente”, parte do Império, era necessário combater, a partir da escrita, qualquer degenerescência ao espírito luso.

Do lado brasileiro, uma extensa lista de nomes poderia coadunar com essa perspectiva. Gilberto Freyre talvez seja aquele, mesmo no período inicial de sua trajetória, que mais esteve de acordo com a positividade do elemento português na formação histórica do Brasil. Foi ele quem elevou esse pressuposto a uma maior complexidade, sendo *Casa Grande & Senzala*, de 1933, expressão máxima dessa pretensão. Sete anos depois desta obra, Freyre, em uma conferência em 1940, no Real Gabinete de Leitura do Recife, em homenagem ao duplo centenário da fundação e restauração, afirma o objetivo central de suas construções:

(...) venho contribuindo modesta mas conscienciosamente (...) para a reabilitação da figura – por tanto tempo caluniada – do colonizador português no Brasil; para reabilitação da obra – por tanto tempo negada ou diminuída – da colonização portuguesa na América; para a reabilitação da cultura

---

<sup>16</sup> Augusto Costa, “Apologia do império português”, *Nação Portuguesa*, vol. X, p. 191-230, 1934, p. 192.

<sup>17</sup> *Idem, Ibidem*, p. 193.

luso-brasileira, ameaçada hoje (...) por agentes culturais de imperialismo etnocêntricos, interessados em nos desprestigiar como raça (...) e como cultura que desdenham como rasteiramente inferior à sua<sup>18</sup>.

Freyre evidencia claramente neste trecho como os seus escritos são, até o período, fruto do esforço de revivificar a contribuição do português na formação social brasileira. Tal estudo, segundo ele, poderia contribuir para o confronto às diversas “ameaças” à cultura nacional, tão arraigada à mestiçagem de matriz lusa. Para Freyre, a ética do colonizador português (não sem deficiências e contradições) define uma tendência social na colonização lusitana: a plasticidade e a compreensão étnica do heterogêneo<sup>19</sup>. Ainda segundo o autor, o elemento lusitano legou, para a formação social brasileira, a continuação de uma experiência *sui generis* de democratização étnica, que se processa desde os primórdios da colonização<sup>20</sup>.

Em *O mundo que o português criou* (publicado em 1942), Freyre analisa o mundo lusitano, dentro do qual o império português representa, para além de uma dimensão meramente econômica e política, também “uma realidade psicossocial<sup>21</sup>”. Por existir uma realidade lusíada (Freyre ainda não fala em realidade luso-tropical), que tem em sua particularidade uma série de contribuições para o mundo (a democracia étnica, por exemplo), era preciso defender-se contra formas de imperialismos culturais, sendo o Brasil “a parte mais viva e mais destacada do mundo que o português criou<sup>22</sup>”. Segundo Freyre, em uma visão amenizadora do processo colonizador português:

(...) O português foi por toda parte, mas sobretudo no Brasil, esplendidamente criador nos seus esforços de colonização. A glória do seu sangue não foi tanto a de guerreiro de colonização que conquistasse e subjugassem o bárbaro para os dominar e os explorando do alto. Foi principalmente a de procriador europeu nos trópicos. Dominou as populações nativas, misturando-se com elas e amando com gosto as mulheres de cor<sup>23</sup>.

---

<sup>18</sup> Gilberto Freyre, *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1942.

<sup>19</sup> *Idem, Ibidem*, p. 25.

<sup>20</sup> *Idem, Ibidem*, p. 26.

<sup>21</sup> Gilberto Freyre, *O mundo que o português criou: Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*, Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1942, p. 17.

<sup>22</sup> *Idem, Ibidem*, p. 24.

<sup>23</sup> *Idem, Ibidem*, p. 25.

Em outro momento, em tom laudatório, Freyre expressa o seu otimismo em relação às práticas fomentadas por Vargas, no que concerne à centralidade da matriz lusitana na formação social brasileira: “O presidente Getúlio Vargas mostrou recentemente compreender a necessidade de defesa daquele tronco, não tanto racial, quanto cultural, da nossa sociedade e da própria organização política do Brasil: o tronco português<sup>24</sup>”.

Também trata, de forma elogiosa, nesse mesmo conjunto de conferências, a ação de uma série de intelectuais “lusu-brasileiros” (Afrânio Peixoto, Pedro Calmon, Carlos Malheiro Dias, entre diversos outros citados), e as instituições em torno da defesa do patrimônio cultural lusíada (o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, o Real Gabinete Português de Leitura e outras instituições). Para ele, a partir do estudo rigoroso da história social e cultural daqueles países sob influência lusíada – fundamentalmente da mestiçagem –, projetar-se-ia uma maior aproximação entre os povos lusitanos<sup>25</sup>.

A colônia portuguesa no Brasil foi também um dos espaços de difusão da propaganda salazarista panlusitana. Para Heloisa Paulo, no salazarismo o emigrante representava o guardião dos valores do regime e é tratado nos discursos oficiais como um herói<sup>26</sup>. O emigrante, ao se translocar para o Brasil, não perde sua identidade, pois Brasil e Portugal são, nesse discurso, uma só pátria<sup>27</sup>.

O discurso da identidade comum da transterritorial lusíada tem uma forte representatividade no seio dos grupos de emigrados portugueses no Brasil. É também difundido por órgãos como: o Real Gabinete Português de Leitura; a Sociedade luso-africana do Rio de Janeiro; o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura; os periódicos Pátria Portuguesa, Diário Português, Voz de Portugal; entre outros, que também eram, em geral, pró-salazarismo. Em um âmbito mais informal, houve também aproximações dissonantes ao salazarismo, no âmago da colônia portuguesa no Brasil, que se vinculavam tanto à oposição republicana emigrada para o Brasil, como em trocas culturais oriundas de uma produção cultural subversiva (fundamentalmente literária). Em suma, percebemos nessas narrativas claramente lusófilas, como em Augusto da Costa, Gilberto Freyre (e em outros não citados), e também na propaganda oficial do regime ao emigrado português no Brasil, a verbalização de uma espécie

---

<sup>24</sup> *Idem, Ibidem*, p. 24.

<sup>25</sup> *Idem, Ibidem*, p. 61.

<sup>26</sup> Heloisa Paulo, “*Aqui também é Portugal*”: *A colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*, Coimbra, Quarteto Editora, 2000, p. 106.

<sup>27</sup> *Idem, Ibidem*, p. 94.

transterritorial de nacionalismo, no qual o Brasil (através de sua participação espiritual) é peça chave.

Embora a política de aproximação cultural fosse de suma importância para a intensificação das relações entre o Estado Novo português e brasileiro, estas não se reduziam somente a um reforço ideológico do império, ou seja, à pretensão de criar uma identidade lusa entre colônias e ex-colônias, pois, ancorado na “Política do Espírito”, também havia um interesse mais pragmático.

Essa dimensão da “Política do Atlântico” se fundava na defesa de questões como a imigração e na sonhada busca pela lusitanização do Atlântico Sul, a partir da união comercial entre Lisboa, Rio de Janeiro e Angola, transformando o Atlântico, com base na reivindicação do “direito histórico” lusitano sobre este<sup>28</sup>, no *mare nostrum* português. O protocolo adicional ao tratado de comércio e navegação, em 1933, e a missão comercial de Portugal ao Brasil em 1938 são exemplos claros da busca do lado português de afirmar relações fundadas por interesses econômicos<sup>29</sup>.

Em suma, essas aproximações, impulsionadas por questões materiais e simbólicas, evidenciam os múltiplos interesses do salazarismo sobre o Brasil, interesses que eram ligados, fundamentalmente, a uma busca por alçar-se como arauto da civilização, tendo o passado e a língua como carro chefe de suas glórias. Entretanto, essa presença de Portugal no “Brasil mental”, nem sempre encontrava consenso entre a intelectualidade brasileira.

A memória histórica hegemônica no período, no Brasil, na busca pela autonomia nacional, buscou individualidades como elementos fundantes da identidade nacional: língua, raça, território e religião tornaram-se pressupostos para efetivar essa autonomia do espírito, criando, a partir dessa busca, dissensos com a pretensão da suposta “unidade espiritual” luso-brasileira. Para Portugal, a afirmação da autonomia brasileira tirava a continuidade de seu passado glorioso no presente. Ser colonizador e negar-se colonizado engendram diversas formas de lidar com o passado, confrontando-o com os nacionalismos e criando as identidades nacionais a partir desses enfrentamentos. Pelo lado da ex-metrópole busca-se continuidade/permanência do legado, enquanto a ex-colônia busca o afastamento.

É tendo como base esse conflito entre continuidade e permanência do legado, que o regime salazarista, a partir dos seus intelectuais, avaliou o “filho pródigo”,

---

<sup>28</sup> Maria Bernadette Ramos Flores, “A intimidade luso-brasileira”, in Heloisa Paulo et al., *O beijo através do atlântico: O lugar do Brasil no panlusitanismo*, Chapecó, Editora Argos, 2001, p. 362.

<sup>29</sup> Carmem G. Burget Schiavon, *Estado Novo e relações luso-brasileiras*. Tese de Doutorado -PUC-RGS, Porto Alegre, 2007, p. 144.

desmentindo a escrita deste quando houvesse “desvios”, e endossando-a e glorificando-a quando identificasse consenso com a memória histórica que o salazarismo queria legitimar, ou seja, a memória do Brasil enquanto “filho-que-deu-certo”. É na imagem do “filho pródigo”, autenticada a partir de processos escriturísticos do esquecimento e da rememoração, que os intelectuais orgânicos do regime alimentarão a mitologia imperial, tão necessária como base de consenso social.

Essa imagem foi representada ao longo dos anos 30 e 40 através de políticas que visavam a, explicitamente, estreitar os laços entre Brasil e Portugal, dando aos intelectuais o papel de difundir o discurso de uma lusitanidade essencialista, que rompia as barreiras do espaço/tempo para assim poder agregar, através de uma cultura comum, até mesmo aqueles politicamente separados.

O regime salazarista, para fomentar essa imagem comum entre Brasil e Portugal, criou uma série de espaços e eventos com o objetivo de aproximar os dois países, sendo os principais: o acordo ortográfico de 1931; a inauguração do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, em 1935; a criação da Sala do Brasil na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1937; a participação do Brasil como “*nação irmã*” nas comemorações centenárias, a partir de sua presença na Exposição do Mundo Português e no Congresso Luso-Brasileiro de História, de 1940; a transformação da Sala do Brasil em Instituto de Estudos Brasileiros e a criação da Embaixada Extraordinária de Portugal, no Rio de Janeiro, a assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, a criação da revista *Atlântico*, como órgão do Secretariado de Propaganda Nacional e do Departamento de Imprensa e Propaganda, todos em 1941; a inauguração da Secção brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional em 14 de abril de 1942; e por fim, a criação da revista *Brasília* como publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra em 1942, a partir do apoio do Instituto para a Alta Cultura e do Secretariado de Propaganda Nacional.

Esses eventos e espaços podem ser considerados tanto como lugares, a partir da propagação da imagem do “filho pródigo”, para afirmação dos mitos do regime, e, portanto, de direcionamento e homogeneização cultural (pela afirmação de um *ethos* português fundado na imagem do império), como também de direcionamento do olhar estrangeiro para a perspectiva de um império coeso e unificado. Nesse sentido, podemos pensar esses espaços como lugares de reprodução/afirmação de uma memória institucional, fundada no mito do V Império e na “Política do Espírito”.

Destacam-se como fundamentais, nesse contexto, a Sala do Brasil, o Instituto de Estudos Brasileiros, o Duplo Centenário e o Acordo Cultural, uma vez que é nos desdobramentos de sua formação (como veremos logo à frente) que se

formula uma política editorial institucional, que resultará na emergência da revista *Brasília*, e a revista *Atlântico*, e na publicação de diversos livros.

### **3. A política editorial da nação luso-brasileira: a revista *Atlântico* e a revista *Brasília***

Entre o duplo centenário e a emergência da revista *Brasília* em 1942, existiu um crescimento exponencial das relações luso-brasileiras em termos institucionais. É a partir desse fausto que a revista *Brasília* e a revista *Atlântico* vêm à tona. Para melhor compreender as relações entre essa produção editorial e o panlusitanismo, é preciso inseri-las nos desdobramentos de dois eventos marcantes para o fortalecimento das relações luso-brasileiras: o duplo centenário de 1940 e o acordo cultural de 1941. Ambos trazem uma nova feição às trocas culturais entre Brasil e Portugal, e fazem emergir, através desse turbilhão de práticas, uma série de produções, no seio do campo cultural, que são diretamente vinculadas a instituições de ambos os regimes (e em particular ao Departamento de Imprensa e Propaganda e o Secretariado de Propaganda Nacional).

Para Omar Ribeiro Thomaz, o duplo centenário se consubstanciou como o espaço por excelência de consagração da comunidade lusitana, através da reprodução, em narrativas verbais e não-verbais, de um saber colonial defensor do império<sup>30</sup>. Foi nas comemorações do duplo centenário que a defesa da comunidade lusitana ganhou de fato força simbólica e uma maior publicidade, com a exaltação, ao mesmo tempo, aos anos do nascimento, do renascimento e do ressurgimento<sup>31</sup>. Esse evento é considerado por alguns historiadores como o ponto culminante da consolidação e estabilização do Estado Novo inaugurado em 1932-1933. Existia, portanto, uma estratégia simbólica em torno dele, já que, Portugal, ao iniciar as comemorações, buscou apresentar-se como uma ilha de paz no mundo em guerra, discurso que foi reiterado em diversas narrativas do período, e também nas produções resultantes do evento. Na Exposição do Mundo Português, esteve presente o discurso da “capacidade realizadora do português”, através da glorificação da vocação colonial portuguesa, a partir dos feitos históricos da comunidade lusitana no longo da história. Para Maria Isabel João:

---

<sup>30</sup> Omar Ribeiro Thomaz, *Ecoss do Atlântico Sul: Representações sobre o terceiro império*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ/FAPESP, 2002, p. 273.

<sup>31</sup> Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 114.

Analisada numa perspectiva global, a iconografia destes centenários procurava transmitir uma ideia da superioridade dos portugueses e da sua cultura. Os heróis e as cenas evocadas ilustravam vitórias que tinham colocado os seus protagonistas principais numa situação privilegiada e de domínio sobre o mundo (...) os símbolos mais utilizados (...) nestas representações foram as armas nacionais e a cruz de cristo (...) ao contrário do que o discurso apologético procurou fazer e crer, a perspectiva da imagem e da mundividência que lhes estava subjacente nunca foi ecumênica ou universalista. O lugar do outro nesta iconografia era, em geral, secundário, decorativo ou ilustrativo da projeção dos portugueses no mundo<sup>32</sup>.

O Brasil figurava, nessa perspectiva, como o monumento indestrutível da civilização lusíada, o exemplo máximo de suas realizações. A inserção do Brasil nessa construção foi fruto de uma série de tensões e conflitos. Segundo Thomaz Omar Ribeiro:

A incorporação deste país de raiz lusa no espaço da exposição foi possível na medida em que esta realidade política autônoma em relação ao império colonial não apenas fazia parte do seu passado por ter interiorizado a sua “lusitanidade” no seu projeto nacional, a complexa realidade brasileira conferia legitimidade aos projetos futuros do império (...) No interior da obra portuguesa no mundo, entre as colônias e o Portugal metropolitano, o Brasil aparece como a suprema criação do gênio<sup>33</sup>.

Grande parte da estética constituída no pavilhão do Brasil – como um dos momentos da exposição do Mundo Português de 1940 – esteve direcionada a construir uma imagem que apagasse qualquer dissenso em torno da positividade da participação político-administrativa de Portugal na construção de suas colônias. Diversos intelectuais e obras são consagrados durante esse evento. Como ocorrerá no Acordo Cultural de 1941, forma-se toda uma produção em torno da publicização dos feitos da comunidade lusitana e, por extensão, do Brasil enquanto membro espiritual desta.

O Acordo Cultural de 1941, assinado por Lourival Fontes e António Ferro (enquanto, respectivamente, representantes do Departamento de Imprensa e Propaganda e do Secretariado de Propaganda Nacional), foi também um dos grandes marcos dessa política luso-brasileira em tempos de guerra. O

---

<sup>32</sup> Maria Isabel João, *Memória e Império Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 498.

<sup>33</sup> Omar Ribeiro Thomaz, *Ecoss do Atlântico Sul: Representações sobre o terceiro império*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ/FAPESP, 2002, p. 270.

primeiro artigo estipulava a criação de uma secção brasileira no Secretariado de Propaganda Nacional e uma secção portuguesa no Departamento de Imprensa e Propaganda (com um delegado do respectivo país em cada secção), com o objetivo de “assegurar e promover, pelos meios ao seu alcance, tudo que possa concorrer para tornar conhecida, respectivamente, no Brasil e em Portugal, a cultura dos dois países<sup>34</sup>”.

No segundo artigo, definiam-se os objetivos específicos de cada secção: o intercâmbio e publicação da produção de intelectuais das duas margens do Atlântico e o envio para o Brasil e Portugal de conferencistas que mantinham vivo o contato entre ambas as nações. Para os idealizadores desse projeto, em particular António Ferro, o Acordo Cultural, e as produções dele resultantes, elevariam as relações luso-brasileiras a outro patamar, superando a retórica vazia de até então<sup>35</sup>.

Esta superação foi embasada no reconhecimento ativo, por parte da sociedade civil de ambos os países, da concretude das relações atlânticas. Essas relações foram em grande parte impulsionadas, no período, pelo ideário da nação lusíada, agregador de um bloco de nações “atlânticas”, cujos contornos não eram geográficos, mas espirituais. Para Ferro – em consonância com o discurso hegemônico do período, reiterado na análise da imagem do Brasil criado no duplo centenário de 1940 – existiria uma comunidade transnacional lusíada que agregava Brasil e Portugal, que ele denominou de “Estados Unidos da Saudade”. Em um discurso realizado em 1941 (data da assinatura do acordo) no Real Gabinete de Leitura, definia os Estados Unidos da Saudade como a terra comum onde vivemos (...) em um permanente abraço<sup>36</sup>. Alguns meses depois, Ferro amplia seu argumento definindo (em um discurso em 3 de maio de 1941 na Emissora Nacional) como Brasil e Portugal se integram como nação una:

Existem duas noções de pátria: a pátria lar que se contém nos limites de suas fronteiras naturais ou artificiais, e a pátria flutuante da raça, difícil, por vezes, de localizar porque se estende por vários mares e continentes. Brasil e Portugal são pátrias inconfundíveis: Pátrias irmãs sem dúvida, com aquele ar de família que não se engana, com profundas afinidades, o mesmo subsolo espiritual, mas cada uma com seu feito, com suas particularidades. Mas onde se poderia situar a Pátria da Raça comum, a Pátria das duas Pátrias, Resposta fácil. A pátria das nossas Pátrias brasileiros e portugueses é o Atlântico, maravilhoso pomar que,

---

<sup>34</sup> S/A apud Gastão Bettencourt, *António Ferro e a política do Atlântico: Saudade... dos Estados Unidos da Saudade*. Pernambuco, Imprensa oficial de Pernambuco, 1960, p. 73.

<sup>35</sup> *Idem, Ibidem*, p. 74.

<sup>36</sup> António Ferro apud Gastão Bettencourt, *António Ferro e a política do Atlântico...*, cit., p. 56.

o Infante e os seus continuadores semearem de caravelas, cujo mais belo fruto foi o Brasil, palavra sumarenta e luminosa, canto de pássaro ou de fonte<sup>37</sup>.

Em 1941, na Academia Brasileira de Letras, o mesmo Ferro reitera seu argumento, vinculando a utopia dos “Estados Unidos da Saudade” com as práticas institucionais entre Brasil e Portugal, colocando o *Acordo Cultural* de 1941 em lugar de destaque:

Portugal, saudade do Brasil... Brasil, saudade de Portugal (...) Preferível, portanto, que juntemos duma vez para sempre essas duas saudades e que proclamemos dentro de nós a soberania que não ameaça as fronteiras de ninguém! – os “Estados Unidos da Saudade” do Brasil e Portugal! E é este o sentido espiritual, místico, do Acordo recentemente assinado por Lourival Fontes e por mim. Não se trata efetivamente dum acordo comercial, político, ou até meramente cultural, mas do acordo profundo, subjetivo, dessas duas saudades que prologando-se uma na outra, podem engrandecer-nos em face de nós próprios<sup>38</sup>.

O acordo (e conseqüentemente a produção cultural dele resultante) esteve, por conseguinte, imerso na perspectiva panlusitanista, criando uma base de apoio institucional no Brasil. Para seu maior arauto, António Ferro, esse projeto não seria realizado somente a partir do incentivo às produções que positivavam e afirmavam a existência de tal comunidade, mas também a partir do controle às dissonâncias. Segundo Ferro:

(...) para se chegar (...) a esta perfeita comunidade de interesses, é preciso evitar, a todo custo, a publicação ou reprodução de quaisquer notícias ou artigos que possam dividir-nos, que nos tornem desconfiados, ainda que acidentalmente sobre as intenções que nos animam (...) Cada jornalista português ou brasileiro deve instituir dessa forma uma censura interior, cautelosa, que bem depressa se tornará instintiva<sup>39</sup>.

Em suma, o acordo cultural de 1941 não foi apenas uma espécie de agente catalisador das relações políticas, mas, sobretudo, das relações intelectuais e editoriais luso-brasileiras. Do Acordo gerou-se uma série de produções em torno do afã de reiterar essa pátria espiritual. Com a criação da Seção Brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional, formulou-se uma política editorial, em

---

<sup>37</sup> *Idem, Ibidem*, p. 59.

<sup>38</sup> *Idem, Ibidem*, p. 64.

<sup>39</sup> *Idem, Ibidem*, p. 55.

volta da defesa dos valores dessa suposta comunidade lusíada, que incentivou a emergência de diversas produções culturais. Giselia de Amorim Serrano, em sua pesquisa sobre a política editorial do Acordo, elenca as seguintes obras (livros e periódicos) editadas ou reeditadas:

*Revista Atlântico, Ouro Preto – uma cidade antiga do Brasil (...), Coleção de documentos dos Arquivos portugueses que importam ao Brasil, Antologia da moderna poesia brasileira do Brasil (Jose Osório de Oliveira), História Breve da Música no Brasil (Gastão de Bettencourt), A terra de Vera Cruz na era de quinhentos (Eduardo Dias), Estados Unidos da Saudade (Antônio Ferro) (...)* a promoção de números especiais das revistas: *Rio, Rio Magazine, Ilustração Brasileira e Cruzeiro*. A seção dava também subsídio à revista Brasília da Faculdade de Letras e o Centro de estudos brasileiros do Porto que edita a revista Vera Cruz<sup>40</sup>.

Entre as produções citadas, duas se destacam: as revistas *Atlântico* e *Brasília*, que, não obstante suas particularidades, agregaram inúmeros intelectuais de ambos os lados do atlântico, na intenção de proteger o projeto panlusitanista, presença marcante nas narrativas das duas publicações. Na revista *Atlântico*, Antônio Ferro, José Osório de Oliveira, entre outros intelectuais do Brasil e de Portugal buscaram reforçar a imagem do Brasil como membro da civilização lusíada. Antônio Ferro sintetizava este objetivo – já visível anteriormente em seus discursos nos anos da assinatura do Acordo Cultural –, ao responder o porquê do título da revista, na introdução do seu primeiro volume:

Por que chamamos Atlântico à nossa revista, porque somos tão ambiciosos? É porque precisávamos de encontrar uma palavra suficiente elástica, ondulante, para sintetizar o vago e o concreto das nossa as aspirações, o sonho e a realidade do nosso ideal. Que fizemos, portanto? Juntámos a palavra Brasil à palavra Portugal, duas luminosas parcelas, obtivemos, sem custo, este resultado, esta soma: Atlântico (...) Atlântico o lago lusitano (...) é também a nossa terra comum, o nosso grande traço de união, a estrada real da nossa glória fraterna, a grande distância que, afinal, nos aproxima...Existe o Brasil, existe Portugal, duas nações livres, independentes, por graça de Deus e dos homens. Mas também existe o sonoro búzio onde se repercute a voz da Raça, o *Mare Nostrum*, o Atlântico, Pátria maior, Pátria infinita<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Giselia de Amorim Serrano, *Caravelas de papel: A política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949)*, Tese de doutorado – UFMG, Belo Horizonte, 2009, p. 77.

<sup>41</sup> Antônio Quadros, *Antônio Ferro: Seleção, Prefácio e comentários*. Lisboa, Editora Panorama, 1963, p. 183.

Em outro momento da revista, novamente Ferro acentua a mesma noção de identidade nacional luso-brasileira:

Todos nós portugueses vivemos assim esperando a ocasião de ir ao Brasil. Não significa isso que desejamos trocar a nossa terra por outra; mas que lá para nós, também é Portugal. O Portugal vivo está na orla marítima, uma faixa de terra banhada pelo Atlântico não é apenas um tema, é um fato” (Antônio Ferro *apud* FLORES, 2007: 308)

Essa perspectiva de comunidade lusitana transnacional não é só encontrada em Ferro, mas também está presente no discurso de outro defensor intransigente da luso-brasilidade: o literato José Osório de Oliveira, que reitera no primeiro número da revista:

Para nós, existe uma cultura lusíada – mundo supra-nacional formado por Portugal, pela grande nação sulamericana e pelas nações em potência, a que a ação portuguesa, do século de Quinhentos para cá, deu origem<sup>42</sup>.

A revista *Atlântico* foi, portanto, um dos maiores *lôcus* representativos de uma noção *transterritorial* de nacionalismo português – em continuidade à produção do duplo centenário de 1940 e do Acordo Cultural de 1941 – que antecederam o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. Como afirma também Serrano:

O Brasil apresentava-se, na *Atlântico*, como membro dessa civilização Lusíada, formada pelo espírito português como algo de inerente à alma nacional portuguesa e que estaria também associada à formação da identidade nacional brasileira. Era assim que o Mundo Lusíada aparecia também pela revista, como continente aberto ao Brasil, que ele se encaixaria pela ordem histórica a que se destinou seu suposto descobrimento<sup>43</sup>.

A revista *Brasília* foi uma outra produção resultante desta mesma política editorial. Foi uma publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra. Seu primeiro volume surge em 1942 tendo como

---

<sup>42</sup> José Osório de Oliveira *apud* Giselia de Amorim Serrano *Caravelas de papel: A política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949)*, Tese de doutorado – UFMG, Belo Horizonte, 2009, p. 15.

<sup>43</sup> Giselia de Amorim Serrano, *Caravelas de papel: A política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949)*. Tese de doutorado – UFMG, Belo Horizonte, 2009, p. 182-183.

objetivo primordial o fortalecimento das relações luso-brasileiras. A publicação do primeiro e do segundo volumes (1942-1943) contou com o apoio do Instituto para a Alta Cultura e do Secretariado de Propaganda Nacional. A partir do terceiro volume, a mesma foi fomentada pela Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, órgão que é elogiado em diversos momentos da revista.

De forma geral, as preocupações específicas desses intelectuais de Coimbra referem-se, nos quatro primeiros volumes (1942, 1943, 1946 e 1949), à questão da Língua, da Literatura e da História, mas não se reduzem a isso. *Brasília* foi, fundamentalmente, uma revista institucional, com estreitas vinculações com o salazarismo, e voltada para um público acadêmico. Apresenta ao leitor em suas diversas seções, no que concerne à análise da produção acadêmica brasileira, dois lugares de produção de textos: um ocupa-se da publicação de artigos sobre Brasil e Portugal e o outro destina-se à crítica sobre a produção intelectual brasileira e também portuguesa. Diversos campos do conhecimento são analisados por uma grande variedade de intelectuais ligados direta ou indiretamente à Universidade de Coimbra e, em particular, à Faculdade de Letras.

Ainda dentre os textos inaugurais do primeiro volume da *Brasília*, que apresentam o seu projeto político-institucional, temos uma breve referência do Ministro da Educação Mário Figueiredo. Este reitera que a civilização brasileira e portuguesa “não podem ser divergentes, só podem ser paralelas<sup>44</sup>”. Mais à frente, aponta que “Cada um se projecta para o futuro através do outro e ambos se reveem e buscam fontes de energia no mesmo passado, compreende-se que cada uma veja o outro nos próprios olhos (...)”<sup>45</sup>. Essa prática do olhar, ou do direcionamento do mesmo, é própria do projeto da *Brasília*. Não é qualquer olhar, mas sim um olhar especializado. Propor uma pedagogia do bem olhar, segundo os pressupostos do iluminismo, significa atribuir a autoridade àquele que detém a competência para fazê-lo, no caso o portugueses<sup>46</sup>.

As relações entre Brasil e Portugal, intensificadas nos anos 30 e com seu auge com a formação da “Política do Atlântico” emergem, portanto, como

---

<sup>44</sup> Mário Figueiredo, “Apresentação”, *Revista Brasília*, Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros, vol. I, 1942, p. 2.

<sup>45</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>46</sup> Elio Serpa, “Revista Brasília: Olhar o outro nos próprios olhos”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 171, n. 448, p. 11-390, jul./set. 2010, 102. Sobre o tema ver também minha dissertação de mestrado: Marcello Felisberto Moraes Assunção, “*Ver o outro nos próprios olhos*”: A revista *Brasília* e o projeto de lusitanização do Atlântico Sul, Dissertação de Mestrado, Goiânia, UFG, 2014.

parte de um impulso mais global, ou seja, no seio de uma política imperial que criou uma série de eventos com o intuito de Portugal aproximar-se do Brasil. Por isto, esta não é somente um desdobramento altruísta de certos intelectuais e agentes, mas também resultante de um projeto político cujo principal intuito é a defesa do ideário do império. O duplo centenário, em conjunto as outras produções citadas (a revista *Atlântico* e a revista *Brasília*), nascidas deste fausto da “lusobrasilidade”, emergem como parte de um processo global de afirmação do nacionalismo lusitano, arraigado aos mitos de uma nação com uma vocação mística para colonizar. Ainda, há de se aprofundar bastante no estudo dessas relações em específico para assim podermos compreender melhor em um âmbito historiográfico as nuances das relações culturais e institucionais entre Brasil e Portugal.